

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna pública a realização de licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

O Edital poderá ser obtido no site www.samaecaxias.com.br ou na Gerência de Licitações, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Centro, 2º andar, Caxias do Sul – RS, no horário de expediente.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.09 – DTI – 17.126.018.1.157 – 4.4.90.40.06.00.00.00, e, do próximo, a consignar.

Data da sessão: **27 de agosto de 2021**

Horário: **9 horas**

Local: Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

1. DO OBJETO

Contratação de serviços de consultoria especializada para assessoria técnica em tecnologias do sistema de informação geográfica do SAMA E (Webgis e mobile) através da plataforma ESRI® e APIs do ArcGIS, desenvolvimento e aperfeiçoamento de software em plataforma específica, bem como outros componentes relacionados ao ambiente em utilização no SAMA E, em sua versão atual ou versões futuras, conforme Termo de Referência – Anexo VIII.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. A comprovação do ramo de atividade será feita através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), Certificado de Registro Cadastral (CRC) ou CNPJ, na fase de habilitação, conforme subitem 10.5 deste Edital.

2.2. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para exercer o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença do representante credenciado da proponente em todas as sessões públicas referentes ao Pregão. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro e equipe, diretamente, por meio de seu representante legal ou através de procurador regularmente constituído, que, após identificado e credenciado, será o único representante admitido a intervir no procedimento licitatório, nos interesses da representada.

3.1.1. Decairão todos os direitos da proponente que devem ser exercidos pessoalmente, tais como apresentar lances, inclusive quanto ao benefício de empate ficto previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, esclarecer dúvidas e omissões da proposta, manifestar intenção de recurso, entre outros, caso a proponente não enviar representante com credenciamento válido no momento da sessão pública e/ou dela se ausentar a qualquer momento.

3.1.2. Os documentos de credenciamento apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação de habilitação.

3.1.3. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa e deverá estar munido de documento de identidade e CPF.

I. Os documentos de identidade, que não expressarem data de validade, devem ter, preferencialmente, sua data de emissão inferior a 10 anos, do ano em curso.

3.2. O credenciamento do Representante Legal da proponente será efetuado da seguinte forma:

3.2.1. Se representada diretamente por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar, em cópia autenticada:

- I. estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II. documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- III. inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- IV. documento que conste expressamente os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como para praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

V. registro comercial (requerimento de empresário).

3.2.2. Se representada por procurador, deverá apresentar:

- I. **termo de credenciamento** (conforme modelo do Anexo I) outorgado pelos representantes legais da empresa, comprovando a existência de poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame; a comprovação far-se-á por meio da apresentação de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (se empresa individual), **ou**
- II. **instrumento público de procuração** (original ou cópia autenticada), que conceda ao representante poderes legais, em cópia autenticada ou original, **ou**
- III. **instrumento particular de procuração** (original ou cópia autenticada), com firma do outorgante reconhecida, nos termos do art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e dos representantes com poderes de outorga, qualificação completa do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lances em licitação pública.

3.2.2.1. Em todos os casos (I, II e III), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

3.2.2.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.8, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.2.3. Tanto na credencial, como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular), deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor recursos e desistir de recursos em todas as fases do certame.

3.2.3. **Declaração de Habilitação e Idoneidade**, conforme modelo do Anexo II, deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta pelo Pregoeiro. Deverá ser observado, para comprovação do responsável legal da proponente, o disposto nos subitens 3.2 e 17.1.8, deste Edital.

3.2.4. Comprovação, em atendimento ao subitem 2.2, devendo apresentar, **fora do envelope**, no momento do credenciamento, **somente** para a proponente que pretende utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, OU o **Certificado da Condição de**

Microempreendedor Individual (CCMEI), em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, em cópia autenticada ou emitida via internet;

E

II. **declaração** de enquadramento, como:

- a) **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, ou
- b) **Microempreendedor Individual**, conforme modelo do Anexo IV, assinada pelo responsável legal da proponente.

3.2.4.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar, preferencialmente, a mesma condição de enquadramento.

3.2.4.2. Deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.8, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

3.2.4.3. Não sendo possível a consulta da autenticidade dos documentos emitidos pela Internet, não será concedido o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3.2.4.4. Tais documentos não possuem caráter habilitatório.

3.3. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

3.4. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.1. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

3.4.2. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, o credenciamento não será aceito.

3.5. Todos os documentos mencionados deverão ser apresentados juntamente com o credenciamento.

3.6. Serão aceitas certidões emitidas via internet e documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Para participação no certame, a proponente, além de atender às demais disposições deste instrumento, deverá apresentar sua Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e identificados, conforme segue:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
ABERTURA: 27/08/2021, ÀS 9H
NOME DA PROPONENTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ABERTURA: 27/08/2021, ÀS 9H
NOME DA PROPONENTE

5. DO ENVIO DOS ENVELOPES VIA POSTAL OU POR TERCEIROS

5.1. Será admitido o encaminhamento dos envelopes antecipadamente, via postal ou por terceiros, mediante recebimento na Gerência de Licitações do SAMA E, desde que entregues de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até a data e o horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e documentação.

5.1.1. Nessa hipótese, os dois envelopes (Proposta de Preços e Documentos de Habilitação), devidamente identificados nas condições referidas no item 4 e a documentação mencionada no subitem 5.2, deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente ao(à) Pregoeiro(a), com a seguinte identificação:

AO(À) PREGOEIRO(A)
(NOME DA PROPONENTE)
PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021
SESSÃO DE ABERTURA EM 27/08/2021, ÀS 9H

5.1.2. A Gerência de Licitações do SAMA E está localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 2º andar, Bairro Centro, CEP 95020-170, Caxias do Sul – RS.

5.1.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta, ficando o SAMA E isento de qualquer responsabilidade sobre seu não recebimento.

5.2. A **Declaração de Habilitação e de Idoneidade**, exigida no subitem 3.2.3, e **os documentos que comprovam a condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI**, para a situação mencionada no subitem 2.2 e em conformidade com o subitem 3.2.4, deste Edital, deverão ser remetidos em envelope separado, identificado como os demais envelopes, acompanhados de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), conforme subitem 3.2.1, deste Edital, observando-se, ainda, o disposto no subitem 17.1.8.

5.3. A ausência de representante implica desistência da prática de futuros atos pertinentes ao processo, inclusive de recurso.

5.3.1. No caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, a ausência de representante na sessão implicará perda do direito de preferência, conforme o estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.4. A não apresentação da documentação, conforme disposto nesse item, implicará na recusa do credenciamento.

6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Feito o credenciamento, conforme item 3, deste Edital, na presença das proponentes e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS e n.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, iniciando pela abertura do Envelope n.º 01 e análise das propostas.

6.2. Após a abertura do primeiro envelope das propostas de preços, quando a sessão terá seu início, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos acréscimos, complementos, adendos ou qualquer alteração ao conteúdo dos envelopes, exceto dos preços, na fase de lances verbais.

7. DA PROPOSTA – ENVELOPE N.º 01

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.1, deste Edital, devendo ser preenchida por meio mecânico, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente. Deverá apresentar, também, a razão social, o número do CNPJ-MF da proponente e o nome completo de seu signatário e deverá conter:

7.1. **A proposta de preços**, conforme Anexo V, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente, observando-se, ainda, o disposto no subitem 17.1.8.

7.1.1. Poderá ser usado formulário próprio para preenchimento da proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo V – Proposta de Preços, sob pena de desclassificação.

7.2. **O valor global do lote**, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade do item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo V – Proposta de Preços, expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

7.2.1. Se existir discrepância entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

7.2.2. O preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora.

7.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, neles estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; custos com deslocamento do(s) técnico(s) responsável(eis); necessários à execução dos serviços.

7.3.1. Deverá ser cotado valor da hora para o projeto de prestação de serviço considerando todas as atividades, profissionais e custos envolvidos neste objeto.

7.4. A ausência de documentos ou de informações aqui solicitadas, bem como a falta de preenchimento dos dados que compõem os Anexos deste Edital, ensejam desclassificação da proposta.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. Os serviços serão executados de forma remota e presencial, sendo, neste último caso, junto às diversas Seções do SAMA E, em cronogramas a serem definidos previamente junto à Divisão de Tecnologia da Informação.

8.1.1. Cada cronograma será solicitado sempre sob demanda.

8.2. A prestação de serviços, nas dependências do SAMA E, quando solicitada, será realizada de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h (horário comercial).

8.2.1. A prestação de serviços de forma remota deverá ser realizada de segunda a sexta-feira das 9h às 18h, preferencialmente.

8.2.2. A realização de serviços fora deste horário necessita de aprovação da equipe técnica do SAMA E.

8.2.3. Serviços efetuados fora deste horário serão acrescidos de 50% no valor-hora.

8.2.4. A proponente deverá disponibilizar os técnicos credenciados para chamados programados (atendimento mediante cronograma e projeto) para, no máximo, 24 horas a partir da solicitação, ou a critério do SAMA E.

8.3. Os serviços a serem executados deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VIII, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a proponente vencedora responsável pela sua readequação.

8.3.1. O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

8.3.2. Será prestada consultoria telefônica, por e-mail e suporte remoto, durante todo o período do contrato.

8.3.3. A proponente vencedora deve disponibilizar técnicos que ficarão alocados, preferencialmente, na sua Sede a fim de executar, de forma remota, as atividades descritas como suporte técnico e manutenção mensal. Nas dependências do SAMA E, serão executadas as entrevistas necessárias para novas demandas, levantamento de requisitos, desenvolvimento de software, implantação das atividades e os respectivos testes, além de tarefas e atividades que, por conveniência, a DTI venha julgar necessário que sejam realizadas no SAMA E.

8.3.4. A proponente vencedora deve responder, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto desta contratação, previstos na legislação social e trabalhista em vigor, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, encargos previdenciários, fiscais e comerciais e obrigações sociais e indenizações, e demais obrigações trabalhistas e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

8.3.5. Todas as despesas decorrentes de acesso remoto, deslocamentos, vales-transportes, vales-refeições, alimentação, diárias, hospedagens e estadias, com exceção do valor hora especificado neste objeto, correm por conta da proponente vencedora, assim como, encargos atribuídos ao período de férias dos profissionais nomeados também cabem por obrigação à proponente vencedora.

8.3.6. Os demais impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas, despesas médicas e previdenciárias correm por conta da proponente vencedora.

8.3.7. A proponente vencedora obriga-se a saldar todos os compromissos acima mencionados, em época apropriada, vez que os seus profissionais nomeados não manterão nenhum vínculo empregatício com o SAMA E.

8.3.8. A inadimplência da licitante, relativamente aos encargos e obrigações estabelecidos acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao SAMA E, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a proponente vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o SAMA E.

8.3.9. A proponente vencedora deve atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos. O não atendimento conferirá ao SAMA E a faculdade de determinar a substituição do profissional designado para prestação dos serviços por outro com a qualificação técnica exigida no Edital.

8.3.10. O agendamento do atendimento é definido pelo SAMA E, conforme disponibilidade de corpo técnico próprio, para acompanhamento das atividades da licitante.

8.3.11. Considera-se como estimativa total do contrato, para 12 meses, a quantia de 680 horas técnicas.

8.3.11.1. A estimativa de utilização dos serviços deste contrato é de 80 horas presenciais para a equipe nas dependências do SAMA E, e 50 horas mensais de forma remota através de VPN, totalizando 600 horas remotas.

8.3.11.2. A utilização das horas presenciais será feita por agendamento pelo SAMA E em conjunto com a proponente vencedora.

8.3.11.3. Considera-se como “equipe”, em ambas as formas de atendimento, a atuação de apenas um dos técnicos programadores apresentados.

8.3.12. O atendimento de forma remota será utilizado como forma de garantir a manutenção mensal do ambiente GIS em funcionamento no SAMA E, incluindo Webgis, aplicativos mobile e o software ESRI ArcGIS for Desktop, for Server, ArcGIS Pro e suas extensões.

8.3.13. A pedido do SAMA E, pacotes de hora presenciais podem ser convertidos em horas remotas (ou o inverso) durante a vigência do contrato, respeitando a proporcionalidade do valor-hora cotado para horas presenciais e remotas.

8.3.14. Os chamados, para atendimento de forma presencial e de forma remota, podem ser feitos via Internet, e-mail, chat ou helpdesk e via telefone. Neste caso, a licitante fornecerá

telefones fixos de sua Sede e telefones móveis dos técnicos credenciados ao corpo técnico do SAMA E.

8.3.14.1. Independentemente da forma como for aberto o chamado, a licitante deve registrar no helpdesk, dentro das primeiras 24 horas, o chamado, mesmo que este se resolva por telefone, com o registro da hora de abertura e do responsável pelo chamado.

8.3.15. Os Tempos de Atendimento Remoto estão contidos no item 6.8 do Termo de Referência, Anexo – VIII.

8.3.16. Todas as informações sob responsabilidade da licitante devem ser protegidas por sigilo. A divulgação ou uso de informações internas do SAMA E deve, obrigatoriamente, ter autorização da autoridade competente.

8.3.17. A proponente vencedora deve disponibilizar um portal Web, de sua responsabilidade, que permita ao SAMA E a abertura de chamados bem como o acompanhamento das atividades em execução; status dos chamados; prioridade; solicitante; carga horária prevista e empregada; registro, acompanhamento e controle de não conformidades dos artefatos entregues; técnico que realizou atendimento.

8.3.18. As atividades de manutenção do software e implantação de nova aplicação e/ou funcionalidade deverão ser executadas exclusivamente pela proponente vencedora, em conformidade com os requisitos técnicos e cronograma definidos em conjunto com a DTI.

8.3.19. A proponente vencedora deve ser responsável por informar bugs das ferramentas, desde que comprovados pela ESRI, desenvolvedora da plataforma ArcGIS, além de apoiar e acompanhar todos os chamados abertos junto à ESRI, ficando isenta de desenvolver a solução.

8.3.20. Solicitações de implementações novas correrão por conta do SAMA E e estas somente serão implementadas mediante cronograma devidamente aprovado.

8.3.20.1. Os técnicos da Divisão de Tecnologia da Informação do SAMA E serão responsáveis por realizar a análise de negócio e das necessidades dos usuários da Autarquia e, posteriormente, encaminhar as demandas à proponente vencedora para desenvolvimento.

8.3.20.2. As atividades somente poderão ser executadas pela proponente vencedora após apresentação de cronograma com atividades e carga horária prevista e aceite prévio por parte da DTI do SAMA E através do mesmo portal Web.

8.3.21. O cronograma de execução deve prever o tempo necessário para a execução de cada etapa do processo de manutenção do software contendo datas de entrega dos modelos de projeto, programas-fonte e executáveis e documentação de cada módulo especificado.

8.3.22. O tratamento de eventos críticos deve ser automático, por parte da equipe técnica da proponente vencedora.

8.3.23. O presente contrato prevê serviço de manutenção de software desenvolvido, de maneira que toda a produção resultante deste trabalho é propriedade do SAMA E.

8.3.24. Todos os artefatos desenvolvidos pela proponente vencedora vinculada a esta especificação devem ser entregues ao SAMA E, que terá o direito de propriedade física e intelectual sobre os mesmos, sendo vedada qualquer comercialização ou distribuição não autorizada por parte da mesma empresa.

8.3.25. A proponente vencedora deve utilizar seus próprios recursos de hardware e software, bem como as licenças de uso para os mesmos, para o desenvolvimento de soluções a serem empregadas nos sistemas, em sua própria Sede ou quando este ocorrer nas dependências do SAMA E.

8.3.26. Os custos com ferramentas de desenvolvimento, sistemas operacionais ou quaisquer outros de hardware e software necessários para tanto, correm por conta da proponente vencedora. Por sua vez, os custos para manutenção do ambiente local (na autarquia) correm por conta do SAMA E. Em ambos os casos, para uma possível evolução do sistema, como mudança do banco de dados, ambiente de desenvolvimento os custos serão arcados da mesma forma.

8.3.27. Os custos dos serviços de conexão quando realizados na modalidade remota correm por conta e responsabilidade da proponente vencedora.

8.3.28. Os equipamentos utilizados para este fim devem obrigatoriamente atender a todas as exigências legais de utilização de software, o que inclui o devido licenciamento para desenvolvedor, além de total e plena condição de segurança e adequação às regras de ambiente local do SAMA E, para acesso em rede, seja local ou remoto.

8.3.29. Quando os equipamentos forem utilizados dentro do ambiente operacional do SAMA E, os mesmos estarão sujeitos às normas e inspeção por parte da equipe técnica do SAMA E.

8.3.30. As instalações físicas do SAMA E (espaço físico, água, luz, pontos de rede, mesas e cadeiras), somente serão disponibilizadas à proponente vencedora em conjunto com a DTI.

8.3.31. A proponente vencedora deve ceder ao SAMA E, nos termos do artigo 111 da Lei n.º 8.666/93, c/c o artigo 4º da Lei n.º 9.609/98, o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e código gerado, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados.

8.3.32. Para os componentes, módulos ou artefatos de propriedade da proponente vencedora, que forem utilizados total ou parcialmente no desenvolvimento de artefatos para o SAMA E,

sob a égide deste contrato, a proponente vencedora deve ceder ao SAMA E o direito de livre acesso aos respectivos códigos fonte, devidamente comentados e documentados, de forma a possibilitar que por meio de sua equipe técnica, tenha condições de realizar modificações e/ou alterações, para uso irrestrito, sem qualquer ônus adicional para o SAMA E.

8.3.33. A proponente vencedora obriga-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, obtidos em consequência ou por necessidade da execução dos serviços, utilizando-os apenas para as finalidades previstas no contrato, não podendo revelá-los ou facilitar a revelação a terceiros.

8.3.34. Quando o trabalho for realizado nas dependências do SAMA E, a proponente vencedora deverá:

- I. Manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do SAMA E, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- II. Respeitar as normas e procedimentos de segurança do SAMA E;
- III. Responder pelos danos causados diretamente ao SAMA E ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo SAMA E.

8.3.35. A proponente vencedora deverá responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos, softwares, informações e a outros bens de propriedade do SAMA E, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços objeto desta contratação.

8.3.36. À proponente vencedora caberá o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, juntamente com a DTI, compreendendo as seguintes tarefas:

- I. Acompanhar as etapas de execução do projeto;
- II. Apoio à gerência dos recursos empregados no projeto, especialmente orientando e coordenando os profissionais designados pelo SAMA E;
- III. Examinar se os serviços e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas, se estas foram implementadas com eficácia e se estão adequadas à consecução dos objetivos;
- IV. Acompanhar a priorização da definição de requisitos.

8.3.37. Poderão ser realizadas reuniões entre proponente vencedora e contratante, nas dependências do SAMA E ou de forma remota, destinadas ao acompanhamento da execução dos serviços, com periodicidade a combinar, contando com a presença obrigatória de pelo menos um dos técnicos programadores indicado pela proponente vencedora e o(s) responsável(is) pela solicitação no SAMA E para deliberação de, entre outros: novas definições, a elaboração ou revisão do cronograma de execução dos serviços, estabelecendo prioridades quanto às solicitações realizadas e as ações, responsáveis e prazos para tratamento de riscos e impedimentos do projeto, que afetem a prestação dos serviços da proponente vencedora;

8.3.38. À proponente vencedora será entregue documentação básica dos sistemas com os principais módulos e funcionalidades para conhecimento.

8.3.39. A proponente vencedora deverá dispor, para a realização dos serviços constantes neste objeto, de, no mínimo, um (1) técnico programador para o desenvolvimento de software, um (1) analista sênior e um (1) analista pleno.

- I. Os profissionais devem possuir experiência e domínio sobre os conceitos básicos, metodologia, e requisitos da plataforma GIS utilizada no SAMA E estando notoriamente preparados para atender todo o processo referente ao Webgis compatível com o objeto e devem, obrigatoriamente, ter participado de projeto(s) semelhante(s) ao apresentado no item 7.1 do Termo de Referência – Anexo VIII, comprovado através de atestado;
- II. Os profissionais devem possuir formação em nível técnico ou superior comprovado através de diploma na área de TI ou similar;
- III. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação ArcGIS Desktop Professional da ESRI®, a qual qualifica para utilizar uma ampla gama de ferramentas e funcionalidades do ArcGIS para definir e concluir com êxito projetos de GIS complexos;
- IV. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação Enterprise Administration Professional da ESRI®, a qual qualifica para implantação, implementação, manutenção e suporte de sistemas de GIS corporativo;
- V. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação Enterprise Geodatabase Management Professional da ESRI®, a qual qualifica para entender os componentes e arquitetura do geodatabase e habilidade em desenvolvimento e manutenção de uma empresa multi-usuário ArcGIS;
- VI. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação ArcGIS API for JavaScript Specialty da ESRI®, a qual qualifica para desenvolvimento de aplicações Web ArcGIS e sua manutenção;
- VII. A empresa deve apresentar os certificados Esri Technical Certification dos técnicos devidamente emitidos pela ESRI®.

8.3.39.1. No caso de substituição do corpo técnico, os substitutos estão sujeitos às mesmas exigências.

8.3.39.2. Todos os atendimentos, em qualquer instância e formato, deverão ser realizados obrigatoriamente e SOMENTE pelos profissionais apresentados no contrato, sob penas previstas em Lei.

8.3.39.4. A proponente vencedora deve, no caso de substituição de técnicos, formalizar a troca, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, submetendo o substituto à aprovação pelo corpo técnico do SAMA E.

8.3.39.34. O SAMA E se reserva o direito de recusar os profissionais alocados durante a avaliação no processo de seleção ou no processo de substituição destes ao longo do contrato.

8.4. O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

8.4.1. O intervalo de tempo, para serviços prestados, entre o dia 20 de determinado mês e o dia 19 do mês subsequente, é denominado período.

8.4.2. A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato, o período de execução do serviço e, quando aplicável, o número do Cadastro Específico do INSS – CEI, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

8.4.3. O primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços.

8.4.4. Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

8.4.5. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, com exceção da primeira medição:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da proponente.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da proponente;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

8.4.6. Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

8.4.7. A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no subitem 8.4.5.

8.4.8. A última parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.4.9. Serão pagas as horas de trabalho realizadas pela proponente vencedora e vistas pelo corpo técnico do SAMA E (ou fiscais do contrato), através de relatório mensal obrigatório, com informações dos serviços efetivados.

8.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

8.6. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela proponente vencedora, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

8.7. A garantia dos serviços será conforme o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor.

8.8. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

8.9. As Especificações Técnica dos Serviços estão contidas no item 6 do Termo de Referência, Anexo – VIII.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a proponente da oferta de menor valor total do lote e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, participarão da fase de lances, verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

9.2. Não havendo, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 9.1, serão chamadas as proponentes das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços constantes das propostas escritas.

9.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas para apresentar lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

9.4. No caso de duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem de oferta de lances. Em não havendo lances verbais, o Pregoeiro analisará a viabilidade de aceitação das propostas e, entendendo serem os preços cotados aceitáveis, procederá ao sorteio para a definição da proposta vencedora.

9.5 A oferta dos lances será feita na ordem decrescente dos preços, no momento em que for conferida a palavra à proponente.

9.6. É vedada a oferta de lance objetivando o empate.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se, a proponente desistente, às penalidades constantes do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e do item 13, deste Edital – Das Sanções Administrativas.

9.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado por ela, para efeito da classificação final das propostas.

9.9. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total do lote e o valor estimado para a aquisição, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Às proponentes proclamadas no lote, conforme subitem 9.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço.

9.12. Caso as propostas apresentadas por Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- II. não ocorrendo a contratação da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, na forma do subitem anterior, serão convocadas as proponentes remanescentes, que porventura, se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- IV. a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;
- V. na hipótese da não contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

VI. o disposto nesta condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI.

9.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor do lote, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Orçamento Estimado e/ou valor de mercado, decidindo, motivadamente, a respeito.

9.13.1. No julgamento das propostas, considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos e o **menor valor total do lote**, desde que compatível com os praticados no mercado. Caso os preços estejam em desconformidade com os valores de mercado, a proponente deverá readequá-los, sob pena de desclassificação da proposta.

9.13.2. Sendo aceita a proposta de menor preço do lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.14. As preferências de que trata o item 9.12, instituídas pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, não se aplicarão ao presente pregão se dele participarem apenas Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedores Individuais – MEI, indistintamente. Também não se aplicarão os termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, na fase de disputa de lances, se, a partir dela, participarem apenas MEs, EPPs e MEIs indistintamente.

9.15. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e a legislação em vigor.

10. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 02

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.1, deste Edital. Os documentos devem ser apresentados sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz **OU** à filial (razão social e CNPJ) da empresa que se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 10.1, “I”, deste Edital. Entretanto, serão aceitos, para efeito de habilitação, documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que tal condição esteja expressa.

10.1. Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, são:

- I. **certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura deste pregão (entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento);
- II. prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei (artigo 29, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e artigo 27, da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações), em vigor na data de abertura da licitação;
 - a) caso o documento apresentado esteja com validade vencida e a consulta de regularidade efetuada na internet retorne com a informação de “empresa regular perante o FGTS”, o documento será igualmente aceito.
- III. prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data da abertura da licitação;
- IV. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa, em vigor na data da abertura da licitação;
- V. **prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário)**, do município expedidor da sede da empresa, em vigor na data de abertura da licitação (serão aceitas certidões (gerais) que englobem a totalidade dos tributos em um único documento);
- VI. **certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em vigor na data da abertura da licitação;
- VII. **declaração da Proponente**, em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações), nos moldes do Anexo VI, deste Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos. No caso de empregar menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, assinalar na declaração, e deverá ser observado o disposto no subitem 17.1.8.
- VIII. **atestado(s)**, original ou cópia autenticada, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a proponente aptidão para execução dos serviços objeto desse Edital, no desenvolvimento de sistemas que apresentem características de mesma complexidade ou superior ao Webgis e compatível ao ambiente do SAMA E, comprovado que possua atuação no setor de utilities e comprovando ter prestado serviço(s) de consultoria e programação nas tecnologias

solicitadas no objeto e no escopo, nas seguintes atividades: Serviço de Migração; Serviço de Consultoria Técnica, Desenvolvimento (Programação), Testes e Implantação; Serviços de Assessoria e Suporte Técnico Especializado às aplicações desenvolvidas e transferência tecnológica.

- a) não é obrigatório atestar o fornecimento dos serviços em um único atestado, podendo, a proponente, apresentar atestados distintos;
- b) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura;
- c) o(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória da execução e somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

IX. **declaração**, relacionando e qualificando os profissionais que prestarão os serviços constantes neste objeto, contendo, no mínimo:

- a) um (1) técnico programador para o desenvolvimento de software;
- b) um (1) analista sênior;
- c) um (1) analista pleno.

Observações:

- a) A proponente vencedora deverá comprovar vínculo com os profissionais solicitados pelo SAMAE na ocasião da assinatura do contrato, nos termos da Lei.
- b) Os documentos que comprovam a condição dos profissionais deverão ser apresentados para a assinatura do contrato.

10.2. Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias. Serão aceitas, igualmente, certidões positivas com efeitos de negativa, desde que a informação esteja expressa no documento.

10.3. Todos os documentos serão aceitos em original, cópia autenticada, conforme disposto no subitem 17.1, ou emitidos via internet, mediante confirmação, nos respectivos sites oficiais.

10.4. As licitantes portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, em vigor, poderão utilizá-lo, em substituição aos documentos referidos no subitem 10.1, incisos I a VII, desde que esses constem no CRC com validade vigente.

10.4.1. No caso de haver algum documento com o prazo de validade expirado, a proponente deverá apresentar, em substituição, o documento em vigor, em original, cópia autenticada ou emitida via Internet, mediante confirmação, no ato de abertura, nos sites oficiais.

10.4.2. O CRC é de uso facultativo; contudo, as proponentes que desejarem obtê-lo ou renová-lo, deverão providenciar o cadastramento até o 3º dia útil anterior à data do recebimento das propostas deste certame, conforme previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10.4.3. A relação dos documentos necessários para obtenção do CRC encontra-se disponível em <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/8>.

10.4.4. Não será emitido o CRC (Certificado de Registro Cadastral) para a proponente que apresentar reprovação econômico-financeira.

10.5. Somente serão habilitadas as proponentes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário), CRC ou CNPJ.

10.6. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 10.7, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

10.7. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

10.7.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMAE, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

10.7.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

10.7.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, submetendo, às demais proponentes, a proposta e os documentos de habilitação da vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade para que manifestem a intenção de

interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão desse direito.

11.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, inclusive o contido nos subitens 10.5 e 10.6, por parte da proponente que ofertou o menor preço total do lote, essa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação, na própria sessão pública, caso não haja interposição de recurso, encaminhando o processo para homologação da autoridade competente. Na existência de recurso e sendo estes decididos, o Diretor-Presidente fará a adjudicação. No caso previsto no subitem 10.7, a adjudicação ficará condicionada à comprovação da regularização fiscal e trabalhista e, se for o caso, análise de eventual recurso interposto.

11.3. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a proponente e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das demais, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo essa declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar, tentando obter melhor preço.

11.4. A proponente a que for adjudicado o objeto do presente certame, ficará obrigada a apresentar, em até 03 (três) dias úteis, os valores unitários de sua proposta para os e-mails contadoria@samaecaxias.com.br e compras@samaecaxias.com.br.

11.4.1. Para fins de homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas decimais posteriores à segunda.

11.4.2. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail contabilidade@samaecaxias.com.br.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. À proponente que manifestar, motivadamente, na sessão, intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à realização do Pregão.

12.2. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

12.3. A manifestação de interpor recurso na sessão pública, acompanhada da motivação, são pressupostos de admissibilidade do recurso.

12.3.1. A falta de manifestação imediata e motivada da proponente, na sessão, importará decadência do direito de recurso e a adjudicação do item da licitação ao vencedor.

12.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMA E, conforme disposições do subitem 17.6, sob pena de não admissibilidade.

12.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMA E, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

12.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

12.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Julgados os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o objeto será adjudicado e homologado, à proponente vencedora, pelo Sr. Diretor-Presidente do SAMA E.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente vencedora deste certame, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, dentre outras:

13.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

13.2. MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia:
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e no Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso da contratação, ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação; e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- IV. pela não regularização de inconformidades, no prazo estipulado pelo SAMA E, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da proposta e poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- V. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação de qualquer documentação solicitada neste Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.3. Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades cabíveis, ficará sujeita a proponente vencedora à aplicação do previsto no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

13.4. Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, a proponente, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, além do registro no CEIS – Cadastro de Pessoas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

13.5. Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

13.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

13.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

13.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.9. Será assegurado à proponente vencedora o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

13.10. As multas e o seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

13.11. O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

13.12. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

13.13. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de

Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

13.14. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à proponente vencedora.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, as licitantes interessadas poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1. As solicitações de **esclarecimentos e providências** poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiros@samaecaxias.com.br ou protocolizada, conforme disposições do subitem 17.6. Independentemente, se por meio eletrônico ou protocolizadas, as solicitações deverão ser encaminhadas até, no máximo, as 16h do dia do encerramento do prazo.

14.1.2. As solicitações de **impugnações** deverão ser realizadas por petição protocolizada, conforme disposições do subitem 17.6.

14.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

14.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.6. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Em garantia ao cumprimento do contrato, e antes da assinatura, a proponente vencedora deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMA E, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 56, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), que deverá estar em vigor durante todo o período contratual.

15.1. Caso a opção seja pela modalidade de caução em dinheiro, deverá ser depositada em conta corrente em favor do SAMA E, a ser indicada pela Divisão Financeira.

15.2. Caso a opção seja por títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ser apresentados no seu original, cópia autenticada ou documento expedido pela internet, com verificação de sua autenticidade.

15.3. A garantia responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

15.4. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

15.4.1. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à Autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SAMA E à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;
- V. danos causados a terceiros e/ou condenações decorrentes de responsabilidade civil da Contratada, bem como cobertura de prazo suplementar para obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes ao período do contrato, e
- VI. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

15.5.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

15.6. A garantia prestada pela proponente vencedora será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual,

indicando a inexistência de óbice à liberação, se não utilizada nas formas do artigo 86, parágrafo 3º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

15.6.1. Reverterá a garantia a favor do SAMA E, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

15.6.2. Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida deverá sofrer atualização monetária.

16. CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a proponente vencedora será convocada pelo SAMA E, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

16.1. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o contrato, será convocada a segunda classificada e intimadas as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, procedendo-se à habilitação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

16.1.1. Nessa hipótese, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

16.2. A assinatura do Contrato será realizada na Divisão Financeira do SAMA E, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 1º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

16.3. A minuta do contrato é parte integrante do Pregão e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

16.4. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa da servidora Luciane Carneiro, que será responsável por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá à servidora Marinês Refosco Severo Bertola, Diretora da Divisão de Tecnologia da Informação do SAMA E.

16.4.1. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMA E.

16.4.2. A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da proponente vencedora pela execução dos serviços.

16.4.3. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a proponente vencedora de suas obrigações e pela perfeita execução do objeto.

16.4.4. A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à proponente vencedora qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

16.4.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMA E.

16.4.6. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da proponente vencedora.

16.5. Para a assinatura do Contrato, em atendimento ao inciso IX, subitem 10.1, deste Edital, a proponente vencedora deverá apresentar qualquer um dos seguintes documentos, em cópia autenticada:

- I. ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa;
- II. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional;
- III. contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal da proponente.

16.6. A proponente deverá possuir/apresentar, para assinatura do contrato, certificação de parceria junto à ESRI na categoria Release Ready Specialty, que certifica a empresa para atualização da plataforma para a versão mais atual; a verificação dar-se-á no seguinte endereço: <https://www.esri.com/content/dam/esrisites/en-us/media/pdf/release-ready-specialty-listing.pdf>.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente, assinados digitalmente ou emitidos via Internet.

17.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

17.1.2. Os documentos autenticados digitalmente e os documentos assinados digitalmente estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

17.1.3. Os documentos assinados digitalmente, que não contiverem código para verificação de sua autenticidade pela internet, deverão ser apresentados em cópia simples, acompanhada do documento digital (original), para efetivação da conferência da assinatura digital.

17.1.4. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

17.1.5. A autenticação de documentos e o reconhecimento de firma, feitos pelo SAMA E, deverão ser solicitados até, no máximo, meia hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique os documentos ou reconheça firma junto ao SAMA E até o prazo mencionado, deverá fazê-lo por outro meio.

17.1.6. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

17.1.7. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

17.1.8. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos (termo de credenciamento, procuração, declarações e outros), a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade aqui proposta.

17.1.9. Não será permitida a realização de fotografias dos documentos apresentados na sessão pública. A interessada em obter cópia dos documentos da licitação, deverá peticionar e protocolar, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMA E ou através do serviço de atendimento via WhatsApp, observadas as disposições dos subitens 17.6.1 a 17.6.4.

17.2. Uma vez iniciada a sessão, que se dá pela abertura do primeiro envelope das propostas de preço, não serão admitidas à licitação participantes retardatárias, nem permitidos adendos ou alterações aos documentos apresentados.

17.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

17.3.1. Nesse caso, o Pregoeiro designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

17.4. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

17.5. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou recursos administrativos enviados por correio eletrônico (e-mail).

17.6. Os recursos administrativos e as impugnações devem ser encaminhados, por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos na legislação vigente, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMA E ou através do serviço de atendimento via WhatsApp.

17.6.1. Quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMA E, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

17.6.2. Quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade.

17.6.3 A loja de atendimento do SAMA E situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro Centro – Caxias do Sul/RS.

17.6.4. O serviço de atendimento via WhatsApp é efetuado através do n.º (54) 99180-0893, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial.

17.6.5. O SAMA E não se responsabiliza por quaisquer falhas técnicas que possam ocorrer no envio dos pedidos realizados de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp, etc.).

17.7. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no Edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

17.8. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das proponentes classificadas para a fase de lances e das proponentes sem representante presente na sessão permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de validade das propostas. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

17.8.1. Os envelopes das proponentes que não atenderem às condições de participação ao certame e das proponentes sem representante presente na sessão permanecerão em poder do Pregoeiro. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após a data de abertura da sessão, serão inutilizados.

17.9. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10.1. O SAMA E poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à proponente direito à indenização.

17.11. Da sessão pública do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes credenciados

17.12. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado, o Pregoeiro e a equipe de apoio.

17.13. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

17.14. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.15. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas pela proponente, alheias às discriminadas por este Edital.

17.16. O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará a inabilitação da proponente e/ou desclassificação da proposta.

17.17. Os Anexos deverão ser devidamente preenchidos ou, se emitidos pela proponente, contendo todos os dados constantes dos modelos fornecidos pelo SAMA E, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datados e assinados, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

17.18. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

17.19. A homologação desta licitação é de competência do Diretor-Presidente do SAMA E.

17.20. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, se for o caso, anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiro; mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.21. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

17.22. O trâmite de todo o procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

17.23. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

17.24. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação e de Idoneidade;
- Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI;
- Anexo V – Proposta de Preços;
- Anexo VI – Modelo de Declaração que Não Emprega Menores e Conformidade com o Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações);
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Termo de Referência.

17.25. Informações por telefone, somente no horário de expediente, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site www.samaecaxias.com.br, em Licitações:

- I. certificado de registro cadastral: (54) 32208687;
- II. editais: (54) 32208621, 32208630, 32208631, 32208687;
- III. comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações: pregoeiros@samaecaxias.com.br;
- IV. gerência de licitações: compras@samaecaxias.com.br.

Caxias do Sul, 03 de agosto de 2021.

Mateus Bortolini,
Agente Administrativo.

Alex Sandro da Rosa Dias,
Diretor Financeiro
Substituto.

Eng.º Gilberto Meletti,
Diretor-Presidente do SAMAEC.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar da licitação promovida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome da empresa _____, CNPJ n.º _____, bem como formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao presente certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a)
_____, (cargo na empresa)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF n.º _____, para
fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. cumpre os requisitos de habilitação, inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, e que **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV, artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venham a alterar a atual situação da empresa, quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;
- II. possui conhecimento de todas as informações contidas no Edital;
- III. a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital, e
- IV. atende a todas as exigências de **habilitação** contidas no referido Edital.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

_____, CNPJ n.º _____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou Técnico em Contabilidade, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, como:
() microempresa, OU
() empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.8)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

_____, CNPJ n.º _____,
_____, por meio de seu Responsável Legal, **DECLARA**, sob as
penas da lei, que:

- I. enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- II. o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu ao limite fixado no art. 18-A, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma lei;
- IV. possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- V. exerce tão somente as atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN n.º 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

PROPOSTA DE PREÇOS

11918 - Contratação de serviços de consultoria especializada para assessoria técnica em tecnologias do sistema de informação geográfica do SAMA E (Webgis e mobile) através da plataforma ESRI® e APIs do ArcGIS, desenvolvimento e aperfeiçoamento de software em plataforma específica, bem como outros componentes relacionados ao ambiente em utilização no SAMA E, em sua versão atual ou versões futuras, conforme Anexo VIII.					
PROFISSIONAL	TOTAL DE HORAS DE ATENDIMENTO PRESENCIAL	VALOR-HORA PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL	TOTAL DE HORAS DE ATENDIMENTO REMOTO	VALOR-HORA PARA ATENDIMENTO REMOTO	PREÇO TOTAL (PARA 12 MESES) (R\$)
Técnico Programador	Não se aplica		120		
Analista Pleno	40		240		
Analista Sênior	40		240		
TOTAL GERAL (REMOTO + PRESENCIAL) PARA 12 MESES (R\$):					
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO:					

I. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

II. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Responsável da Proponente, pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome:



Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

_____, ____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES E CONFORMIDADE COM O ART. 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrita no CNPJ n.º _____,
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
_____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** que
não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem
menores de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição
Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações).

Ressalva (marque a opção): emprega menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de
aprendiz:

() Sim

() Não

_____, _____ de _____ de 2021.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 17.1.8)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E _____, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIAS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO SAMA E (WEBGIS E MOBILE) ATRAVÉS DA PLATAFORMA ESRI® E APIS DO ARCGIS, DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE SOFTWARE EM PLATAFORMA ESPECÍFICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO VIII DO EDITAL, EM CAXIAS DO SUL – RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, _____, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal, Sr(a). _____, CPF n.º _____, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Dos Elementos Constitutivos, Do Amparo Legal e Da Dotação Orçamentária

O presente contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º _____, que trata do Pregão Presencial n.º 059/2021, Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º _____, de ____ de _____ de 2021, atendendo à Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; à Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; ao Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016; ao Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e demais legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e seus anexos que o integram, sendo que as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.09 – DTI – 17.126.018.1.157 – 4.4.90.40.06.00.00.00, e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto do Contrato

Contratação de serviços de consultoria especializada para assessoria técnica em tecnologias do sistema de informação geográfica do SAMA E (Webgis e mobile) através da plataforma ESRI® e APIs do ArcGIS, desenvolvimento e aperfeiçoamento de software em plataforma específica, bem como outros componentes relacionados ao ambiente em utilização no SAMA E, em sua versão atual ou versões futuras, conforme Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço

Parágrafo único – A execução dos serviços obedecerá fielmente ao Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, as normas da ABNT, outras normas, quando citadas; além dos demais dispositivos legais vigentes.

O SAMA E pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$_____ (_____) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência, Anexo VIII, do Edital.

PROFISSIONAL	TOTAL DE HORAS DE ATENDIMENTO PRESENCIAL	VALOR-HORA PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL	TOTAL DE HORAS DE ATENDIMENTO REMOTO	VALOR-HORA PARA ATENDIMENTO REMOTO	PREÇO TOTAL (PARA 12 MESES) (R\$)
--------------	--	--	--------------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 2º As alterações porventura introduzidas, por imperiosa necessidade, poderão determinar variações nos volumes dos serviços relativamente ao projeto original. Estes acréscimos ou reduções eventuais serão pagos ou descontados de acordo com os preços unitários contratuais.

§ 3º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, nele estando incluídos todos os custos com materiais, produtos, pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, custo com deslocamento do(s) técnico(s), transporte de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a prestação dos serviços, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

§ 5º A inadimplência da proponente vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere ao SAMA E a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 6º Em caso de reclamatória trabalhista contra a proponente vencedora, em que o SAMA E seja incluído no polo passivo da demanda, independentemente da garantia ofertada, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização, caso haja decisão desfavorável prolatada.

§ 7º Os quantitativos acima foram estimados para um ano de contratação, para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por tratar-se de contrato por preço unitário, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos considerando-se sempre os preços unitários propostos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Serviços

§ 1º Os serviços serão executados de forma remota e presencial, sendo, neste último caso, junto às diversas Seções do SAMA E, em cronogramas a serem definidos previamente junto à Divisão de Tecnologia da Informação. Cada cronograma será solicitado sempre sob demanda.

§ 2º A prestação de serviços, nas dependências do SAMA E, quando solicitada, será realizada de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h (Horário Comercial).

§ 3º A prestação de serviços de forma remota deverá ser realizada de segunda a sexta-feira das 9h às 18h, preferencialmente.

§ 4º A realização de serviços fora deste horário necessita de aprovação da equipe técnica do SAMA E.

§ 5º Serviços efetuados fora deste horário serão acrescidos de 50% no valor-hora.

§ 6º A CONTRATADA deverá disponibilizar os técnicos credenciados para chamados programados (atendimento mediante cronograma e projeto) para, no máximo, 24 horas a partir da solicitação, ou a critério do SAMA E.

§ 7º Os serviços executados deverão obedecer, com fidelidade, ao Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a CONTRATADA responsável pela sua readequação.

§ 8º O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços, peças e materiais que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 9º A CONTRATADA deverá, durante o período da contratação, proporcionar supervisão adequada, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução dos serviços até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 10 Será prestada consultoria telefônica, por e-mail e suporte remoto, durante todo o período do contrato.

§ 11 A CONTRATADA deve disponibilizar técnicos que ficarão alocados, preferencialmente, na Sede da mesma a fim de executar, de forma remota, as atividades descritas como suporte técnico e manutenção mensal. Nas dependências do SAMA E, serão executadas as entrevistas necessárias para novas demandas, levantamento de requisitos, desenvolvimento de software, implantação das atividades e os respectivos testes, além de tarefas e atividades que, por conveniência, a DTI venha julgar necessário que sejam realizadas no SAMA E.

§ 12 A CONTRATADA deve responder, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto desta contratação, previstos na legislação social e trabalhista em vigor, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, encargos previdenciários, fiscais e comerciais e obrigações sociais e indenizações, e demais obrigações trabalhistas e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

§ 13 Todas as despesas decorrentes de acesso remoto, deslocamentos, vales-transportes, vales-refeições, alimentação, diárias, hospedagens e estadias, com exceção do valor hora especificado neste objeto, correm por conta da empresa contratada, assim como, encargos atribuídos ao período de férias dos profissionais nomeados também cabem por obrigação à CONTRATADA.

§ 14 Os demais impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas, despesas médicas e previdenciárias correm por conta da CONTRATADA.

§ 15 A CONTRATADA obriga-se a saldar todos os compromissos acima mencionados, em época apropriada, vez que os seus profissionais nomeados não manterão nenhum vínculo empregatício com o SAMA E.

§ 16 A inadimplência da licitante, relativamente aos encargos e obrigações estabelecidos acima, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao SAMA E, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o SAMA E.

§ 17 A CONTRATADA deve atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos. O não atendimento conferirá ao SAMA E a faculdade de determinar a substituição do profissional designado para prestação dos serviços por outro com a qualificação técnica exigida no Edital.

§ 18 O agendamento do atendimento é definido pelo SAMA E, conforme disponibilidade de corpo técnico próprio, para acompanhamento das atividades da licitante.

§ 19 Considera-se como estimativa total do contrato, para 12 meses, a quantia de 680 horas técnicas.

§ 20 A estimativa de utilização dos serviços deste contrato é de 80 horas presenciais para a equipe nas dependências do SAMA E, e 50 horas mensais de forma remota através de VPN, totalizando 600 horas remotas.

§ 21 A utilização das horas presenciais será feita por agendamento pelo SAMA E em conjunto com a CONTRATADA.

§ 22 Considera-se como “equipe”, em ambas as formas de atendimento, a atuação de apenas um dos técnicos programadores apresentados.

§ 23 O atendimento de forma remota será utilizado como forma de garantir a manutenção mensal do ambiente GIS em funcionamento no SAMA E, incluindo Webgis, aplicativos mobile e o software ESRI ArcGIS for Desktop, for Server, ArcGIS Pro e suas extensões.

§ 24 A pedido do SAMA E, pacotes de hora presenciais podem ser convertidos em horas remotas (ou o inverso) durante a vigência do contrato, respeitando a proporcionalidade do valor-hora cotado para horas presenciais e remotas.

§ 25 Os chamados, para atendimento de forma presencial e de forma remota, podem ser feitos via Internet, e-mail, chat ou helpdesk e via telefone. Neste caso, a licitante fornecerá telefones fixos de sua Sede e telefones móveis dos técnicos credenciados ao corpo técnico do SAMA E;

§ 26 Independentemente da forma como for aberto o chamado, a licitante deve registrar no helpdesk, dentro das primeiras 24 horas, o chamado, mesmo que este se resolva por telefone, com o registro da hora de abertura e do responsável pelo chamado.

§ 27 Os Tempos de Atendimento Remoto estão contidos no item 6.8 do Termo de Referência, Anexo – VIII, do Edital.

§ 28 Todas as informações sob responsabilidade da licitante devem ser protegidas por sigilo. A divulgação ou uso de informações internas do SAMA E deve, obrigatoriamente, ter autorização da autoridade competente.

§ 29 A CONTRATADA deve disponibilizar um portal Web, de sua responsabilidade, que permita ao SAMA E a abertura de chamados bem como o acompanhamento das atividades em execução; status dos chamados; prioridade; solicitante; carga horária prevista e empregada; registro, acompanhamento e controle de não conformidades dos artefatos entregues; técnico que realizou atendimento.

§ 30 As atividades de manutenção do software e implantação de nova aplicação e/ou funcionalidade deverão ser executadas exclusivamente pela CONTRATADA, em conformidade com os requisitos técnicos e cronograma definidos em conjunto com a DTI.

§ 31 A CONTRATADA deve ser responsável por informar bugs das ferramentas, desde que comprovados pela ESRI, desenvolvedora da plataforma ArcGIS, além de apoiar e acompanhar todos os chamados abertos junto à ESRI, ficando isenta de desenvolver a solução.

§ 32 Solicitações de implementações novas correrão por conta do SAMA E e estas somente serão implementadas mediante cronograma devidamente aprovado.

§ 33 Os técnicos da Divisão de Tecnologia da Informação do SAMA E serão responsáveis por realizar a análise de negócio e das necessidades dos usuários da Autarquia e, posteriormente, encaminhar as demandas à CONTRATADA para desenvolvimento.

§ 34 As atividades somente poderão ser executadas pela CONTRATADA após apresentação de cronograma com atividades e carga horária prevista e aceite prévio por parte da DTI do SAMA E através do mesmo portal Web.

§ 35 O cronograma de execução deve prever o tempo necessário para a execução de cada etapa do processo de manutenção do software contendo datas de entrega dos modelos de projeto, programas-fonte e executáveis e documentação de cada módulo especificado.

§ 36 O tratamento de eventos críticos deve ser automático, por parte da equipe técnica da CONTRATADA.

§ 37 O presente contrato prevê serviço de manutenção de software desenvolvido, de maneira que toda a produção resultante deste trabalho é propriedade do SAMA E.

§ 38 Todos os artefatos desenvolvidos pela CONTRATADA vinculada a esta especificação devem ser entregues ao SAMA E, que terá o direito de propriedade física e intelectual sobre os mesmos, sendo vedada qualquer comercialização ou distribuição não autorizada por parte da mesma empresa.

§ 39 A CONTRATADA deve utilizar seus próprios recursos de hardware e software, bem como as licenças de uso para os mesmos, para o desenvolvimento de soluções a serem empregadas nos sistemas, em sua própria Sede ou quando este ocorrer nas dependências do SAMA E.

§ 40 Os custos com ferramentas de desenvolvimento, sistemas operacionais ou quaisquer outros de hardware e software necessários para tanto, correm por conta da proponente vencedora. Por sua vez, os custos para manutenção do ambiente local (na autarquia) correm por conta do SAMA E. Em ambos os casos, para uma possível evolução do sistema, como mudança do banco de dados, ambiente de desenvolvimento os custos serão arcados da mesma forma.

§ 41 Os custos dos serviços de conexão quando realizados na modalidade remota correm por conta e responsabilidade da CONTRATADA.

§ 42 Os equipamentos utilizados para este fim devem obrigatoriamente atender a todas as exigências legais de utilização de software, o que inclui o devido licenciamento para desenvolvedor, além de total e plena condição de segurança e adequação às regras de ambiente local do SAMAE, para acesso em rede, seja local ou remoto.

§ 43 Quando os equipamentos forem utilizados dentro do ambiente operacional do SAMAE, os mesmos estarão sujeitos às normas e inspeção por parte da equipe técnica do SAMAE.

§ 44 As instalações físicas do SAMAE (espaço físico, água, luz, pontos de rede, mesas e cadeiras), somente serão disponibilizadas à empresa contratada em conjunto com a DTI.

§ 45 A CONTRATADA deve ceder ao SAMAE, nos termos do artigo 111 da Lei n.º 8.666/93, c/c o artigo 4º da Lei n.º 9.609/98, o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e código gerado, logo após o recebimento definitivo dos serviços prestados.

§ 46 Para os componentes, módulos ou artefatos de propriedade da CONTRATADA, que forem utilizados total ou parcialmente no desenvolvimento de artefatos para o SAMAE, sob a égide deste contrato, a CONTRATADA deve ceder ao SAMAE o direito de livre acesso aos respectivos códigos fonte, devidamente comentados e documentados, de forma a possibilitar que por meio de sua equipe técnica, tenha condições de realizar modificações e/ou alterações, para uso irrestrito, sem qualquer ônus adicional para o SAMAE.

§ 47 A CONTRATADA obriga-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, obtidos em consequência ou por necessidade da execução dos serviços, utilizando-os apenas para as finalidades previstas no contrato, não podendo revelá-los ou facilitar a revelação a terceiros.

§ 48 Quando o trabalho for realizado nas dependências do SAMAE, a CONTRATADA deverá:

- I. Manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do SAMAE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- II. Respeitar as normas e procedimentos de segurança do SAMAE;
- III. Responder pelos danos causados diretamente ao SAMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo SAMAE.

§ 49 A CONTRATADA deverá responder por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos, softwares, informações e a outros bens de propriedade do SAMAE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a prestação dos serviços objeto desta contratação.

§ 50 À CONTRATADA caberá o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, juntamente com a DTI, compreendendo as seguintes tarefas:

- I. Acompanhar as etapas de execução do projeto;

- II. Apoio à gerência dos recursos empregados no projeto, especialmente orientando e coordenando os profissionais designados pelo SAMAE;
- III. Examinar se os serviços e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas, se estas foram implementadas com eficácia e se estão adequadas à consecução dos objetivos;
- IV. Acompanhar a priorização da definição de requisitos.

§ 51 Poderão ser realizadas reuniões entre contratada e contratante, nas dependências do SAMAE ou de forma remota, destinadas ao acompanhamento da execução dos serviços, com periodicidade a combinar, contando com a presença obrigatória de pelo menos um dos técnicos programadores indicado pela CONTRATADA e o(s) responsável(is) pela solicitação no SAMAE para deliberação de, entre outros: novas definições, a elaboração ou revisão do cronograma de execução dos serviços, estabelecendo prioridades quanto às solicitações realizadas e as ações, responsáveis e prazos para tratamento de riscos e impedimentos do projeto, que afetem a prestação dos serviços da contratada.

§ 52 À CONTRATADA será entregue documentação básica dos sistemas com os principais módulos e funcionalidades para conhecimento.

CLÁUSULA QUINTA – Da Equipe Técnica, Da Identificação dos Funcionários e Da Qualificação

A equipe técnica que desenvolverá os serviços será composta pelos seguintes funcionários: (relacionar nome e função).

.....

§ 1º A CONTRATADA deverá dispor, para a realização dos serviços constantes neste objeto, de, no mínimo, um (1) técnico programador para o desenvolvimento de software, um (1) analista sênior e um (1) analista pleno.

- I. Os profissionais devem possuir experiência e domínio sobre os conceitos básicos, metodologia, e requisitos da plataforma GIS utilizada no SAMAE estando notoriamente preparados para atender todo o processo referente ao Webgis compatível com o objeto e devem, obrigatoriamente, ter participado de projeto(s) semelhante(s) ao apresentado no item 7.1 do Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital, comprovado através de atestado;
- II. Os profissionais devem possuir formação em nível técnico ou superior comprovado através de diploma na área de TI ou similar;
- III. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação ArcGIS Desktop Professional da ESRI®, a qual qualifica para utilizar uma ampla gama de ferramentas e funcionalidades do ArcGIS para definir e concluir com êxito projetos de GIS complexos;
- IV. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação Enterprise Administration Professional da ESRI®, a qual qualifica para implantação, implementação, manutenção e suporte de sistemas de GIS corporativo;

- V. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação Enterprise Geodatabase Management Professional da ESRI®, a qual qualifica para entender os componentes e arquitetura do geodatabase e habilidade em desenvolvimento e manutenção de uma empresa multi-usuário ArcGIS;
- VI. Pelo menos um dos profissionais da equipe apresentada deve possuir a certificação ArcGIS API for JavaScript Specialty da ESRI®, a qual qualifica para desenvolvimento de aplicações Web ArcGIS e sua manutenção;
- VII. A empresa deve apresentar os certificados Esri Technical Certification dos técnicos devidamente emitidos pela ESRI®.

§ 2º No caso de substituição do corpo técnico, os substitutos estão sujeitos às mesmas exigências.

§ 3º Todos os atendimentos, em qualquer instância e formato, deverão ser realizados obrigatoriamente e SOMENTE pelos profissionais apresentados no contrato, sob penas previstas em Lei.

§ 4º A CONTRATADA deve, no caso de substituição de técnicos, formalizar a troca, com antecedência mínima de 7(sete) dias, submetendo o substituto à aprovação pelo corpo técnico do SAMA E;

§ 5º O SAMA E se reserva o direito de recusar os profissionais alocados durante a avaliação no processo de seleção ou no processo de substituição destes ao longo do contrato.

§ 6º Identificação do responsável da CONTRATADA pelos contatos e pela solução dos problemas que por ventura venham a ocorrer (nome, telefone, e-mail).

.....

§ 7º Em atendimento aos subitens **16.5 e 16.6**, do Edital, a CONTRATADA apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

.....

CLÁUSULA SEXTA – Da Subcontratação dos Serviços

§ 1º É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela CONTRATADA, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Condições de Pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua

apresentação, de acordo com os quantitativos efetivamente realizados no período. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º O intervalo de tempo, para serviços prestados, entre o dia 20 de determinado mês e o dia 19 do mês subsequente, é denominado período.

§ 2º A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato, o período de execução do serviço e, quando aplicável, o número do Cadastro Específico do INSS – CEI, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 3º O primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços.

§ 4º Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da CONTRATADA. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 5º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, com exceção da primeira medição:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da CONTRATADA.
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da CONTRATADA;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 6º Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 7º A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no § 5º.

§ 8º A última parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e da apresentação, quando aplicável, do comprovante de baixa da matrícula no CEI, devidamente expedido pelo INSS.

§ 9º Serão pagas as horas de trabalho realizadas pela contratada e vistas pelo corpo técnico do SAMA E (ou fiscais do contrato), através de relatório mensal obrigatório, com informações

dos serviços efetivados.

CLÁUSULA OITAVA – Das Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório – TRP. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Oitava do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA – Das Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Contrato.

§ 2º Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo do contrato, devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

§ 3º Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 70, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 4º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 5º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 6º Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 7º Refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, no prazo estabelecido, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes.

§ 8º Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 9º Manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

§ 10 Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

§ 11 Informar ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados.

§ 12 Proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 13 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a CONTRATADA, relatar ao SAMA E toda e qualquer ocorrência nesse sentido.

§ 14 Dispor todos os recursos humanos e materiais necessários para a completa execução do serviço contratado.

§ 15 Seguir rigorosamente o cronograma de atividades previsto.

§ 16 Utilizar uma metodologia adequada ao projeto que conte com a efetiva participação dos usuários envolvidos no sistema.

§ 17 Manter um portal Web (item 15.3 do Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital) de acordo com as exigências realizadas, em conformidade com o cronograma.

§ 18 Realizar manutenções solicitadas aos sistemas em completa concordância as necessidades e especificações técnicas contidas neste documento, considerando a importância de informar as não conformidades e requisitos não identificados.

§ 19 Gerar documentação de usuário, qualificada para a utilização do software desenvolvido e documentação técnica que especifique, completa e corretamente, o mesmo, segundo princípios de engenharia de software e padronização estabelecida (UML), a fim de capacitar a DTI a instalar e manter os sistemas.

§ 20 Entregar, além dos componentes de software executáveis e bibliotecas, os programas-fonte correspondentes, devidamente documentados, conforme estabelecido na padronização do software e atualização do help do sistema, no ato da publicação em produção dos mesmos.

§ 21 Repassar à DTI toda a tecnologia empregada nos sistemas e no processo de manutenção, visando, também, a capacitação da manutenção do software, mediante solicitação do SAMAE.

§ 22 Garantir a assistência técnica dos sistemas desenvolvidos, durante a vigência do contrato.

§ 23 Manter sigilo de todas as informações sob sua responsabilidade. A divulgação ou uso de informações internas do SAMAE deve, obrigatoriamente, ter autorização da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, na pessoa da servidora Luciane Carneiro, que será responsável por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá à servidora Marinês Refosco Severo Bertola, Diretora da Divisão de Tecnologia da Informação do SAMAE.

§ 2º A fiscalização de que trata esta cláusula será exercida no interesse do SAMAE.

§ 3º A fiscalização realizada pelo SAMAE não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços.

§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMAE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto.

§ 5º A fiscalização do SAMAE, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

§ 6º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMAE.

§ 7º Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

§ 8º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução do objeto, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo VIII, do Edital.

§ 9º A CONTRATADA deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso da mesma aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado

§ 10 São de competência e de responsabilidade exclusivas da Fiscalização:

- I. priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial, de modo a atender aos interesses do SAMA E;
- II. atender aos chamados da CONTRATADA para esclarecimentos.

§ 11 A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações rações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Sanções Administrativas

À CONTRATADA deste certame, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, dentre outras:

§ 1º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 2º MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e no Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso da contratação, ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação; e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a pena prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;

- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- IV. pela não regularização de inconformidades, no prazo estipulado pelo SAMA E, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da proposta e poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses;
- V. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação de qualquer documentação solicitada, neste Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade prevista no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 3º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades cabíveis, ficará sujeita a CONTRATADA à aplicação do previsto no artigo 14, do Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 4º Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, a CONTRATADA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMA E e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, além do registro no CEIS – Cadastro de Pessoas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal, ou
- VI. fraude ou falha na execução do Contrato.

§ 5º Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

§ 6º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 8º As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 9º Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

§ 10 As multas e o seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 11 O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

§ 12 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 13 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

§ 14 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Garantia dos Serviços

Os serviços executados estarão sujeitos ao cumprimento do Código Civil, no que se refere a responsabilidade técnica e vícios ocultos.

Parágrafo único – O fornecimento dos materiais e dos equipamentos e a execução dos serviços deverão atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMA E recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Garantia de Execução

§ 1º A CONTRATADA, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de; correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as condições previstas no Edital de Licitação.

§ 2º O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As exigências referentes à garantia de execução contratual são:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à Autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SAMA E à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;
- V. danos causados a terceiros e/ou condenações decorrentes de responsabilidade civil da Contratada, bem como cobertura de prazo suplementar para obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes ao período do contrato, e
- VI. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

§ 4º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

§ 5º A garantia responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

§ 6º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

§ 7º A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, indicando a inexistência de óbice à liberação, se não utilizada nas formas do artigo 86, parágrafo 3º da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 8º Reverterá a garantia a favor do SAMA E, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

§ 9º Se a garantia for prestada em moeda corrente nacional, quando devolvida deverá sofrer atualização monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Vigência do Contrato e Do Reajuste

O presente contrato vigorará por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, a contar da data de publicação do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, ou alterado, fundamentado no art. 65, ambos da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações.

Parágrafo Único – Ocorrendo a prorrogação do Contrato, para fins de reajuste, a contar da data da apresentação da proposta, será aplicado o índice IPCA, mediante solicitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único, do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, o contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Décima Terceira deste instrumento;
- IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (02) duas vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretor-Presidente do SAMAE.

Contratada.

Testemunhas

1.

2.